



## ATA DE REUNIÃO DE 15 DE JULHO DE 2025

### FÓRUM MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E JUSTIÇA PARA OS POVOS INDÍGENAS

#### I. LOCAL E DATA

**Data:** 15 de julho de 2025

**Horário:** 14h às 17h

**Local:** on-line, plataforma zoom

#### II. PARTICIPANTES

1. **Alessandra Elias de Queiroga** – Procuradora de Justiça, Núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público do DF
2. **Ana C. Silva Beserra da Silva** – ANPUH
3. **Cleidiane** – Advogada
4. **Daniela Greeb** – Instituto de Políticas Relacionais
5. **Deborah Duprat** – Subprocuradora-Geral da República aposentada
6. **Edmundo Antonio Dias** – Procuradoria da República em Minas Gerais (PR-MG)
7. **Elaine Moreira** – OBIND
8. **Ester** – CIMI
9. **Hanna Cibele Lins Limulja** – Observatório de Direitos Humanos e Povos Indígenas da UFRR
10. **Iorranis Moreira** – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
11. **Julia Zucchi Natour** – SAJU / Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
12. **Juliana Alcantara** – Instituto Vladimir Herzog
13. **Julio Zelic** – Armazém Memória
14. **Karine Agatha França** – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
15. **Luma Prado** – Instituto Socioambiental (ISA)
16. **Manoel Lauro Volkmer de Castilho** – Ex-Corregedor-Geral da Justiça Federal (1997–1999) e ex-Vice-Presidente do TRF (1999–2001), aposentado desde 2003
17. **Marco Antônio Delfino de Almeida** – Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul (PPR-MS)
18. **Marlon Alberto Weichert** – Procuradoria da República – PPR3





19. **Paula Capriglione** – Armazém Memória
20. **Paulino Montejo** – APIB
21. **Paulo Abrão** – Washington Brazil Office (WBO)
22. **Paulo Machado Guimarães** – Advogado
23. **Rafael Chaves Nakamura** – Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
24. **Rafael Pacheco** – Instituto de Políticas Relacionais
25. **Rodrigo Deodato** – Organização das Nações Unidas – Direitos Humanos
26. **Rubens Valente** – Jornalista / Columnista da @agenciapublica
27. **Rute Mikaele Pacheco da Silva** – Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)
28. **Stephen Grant Baines** – Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
29. **Tatiana Klein** – Instituto Socioambiental (ISA)
30. **Vanessa Labigalini** – Instituto de Políticas Relacionais

### III. PAUTA

1. Informes Gerais
2. Compartilhamento dos Grupos de Trabalho
3. Alinhamento para participação na corte interamericana de direitos humanos
4. Encaminhamentos dos próximos passos

### IV. RESUMO

O Fórum abordou questões centrais relativas à memória, verdade, justiça e reparação para os povos indígenas. A plenária foi iniciada por Daniela Greeb, que destacou a importância da presença dos participantes e apresentou um panorama das atividades dos grupos de trabalho, como o levantamento de casos e a formulação da proposta para a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade.

A audiência do CIDH, marcada para 21 de julho, foi um dos principais temas da reunião. Foram discutidas a participação de representantes da sociedade civil, do Estado e de um especialista da ONU, bem como a estrutura da audiência. Cada peticionário deverá dispor de cerca de sete minutos para suas intervenções, com foco na memória e nas violências sofridas pelos povos indígenas durante a ditadura militar.

Debateu-se também a redação do artigo que define o período de atuação da futura comissão. Marlon Alberto Weichert propôs que o recorte temporal não se limite ao período de 1946 a 1988, permitindo que os próprios povos indígenas indiquem os eventos mais





relevantes de sua trajetória histórica. Deborah Duprat destacou a necessidade de aprofundar a discussão sobre o marco temporal, enquanto Tatiane buscou construir um consenso sobre a delimitação do período de investigação. Foi sugerida ainda a inclusão de eventos como a criação do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) em 1910, ressaltando a responsabilidade histórica do Estado brasileiro.

A composição da comissão foi outro ponto de destaque. Marlon defendeu uma estrutura plural, com a participação de indígenas e não indígenas, evitando que a carga de trabalho recaia exclusivamente sobre os representantes indígenas. A diversidade de gênero e raça foi apontada como critério essencial. Deborah Duprat reforçou a importância da participação do CNPI (Conselho Nacional de Política Indigenista) no processo. Discutiu-se também a redação de dispositivos relativos à discriminação e à remoção forçada de povos indígenas de seus territórios, com consenso sobre a necessidade de uma linguagem clara e abrangente.

A reunião avançou ainda sobre propostas de políticas públicas para a reparação integral, com destaque para a construção de um plano nacional envolvendo diferentes ministérios. Daniela Greeb reforçou a urgência de finalização da minuta do decreto antes da plenária prevista para 19 de agosto e sugeriu uma nova reunião do GT2 em 5 de agosto.

Por fim, destacou-se a importância da participação ativa de representantes indígenas e a mobilização durante a visita do relator da ONU, como parte fundamental para o avanço das pautas do Fórum. A reunião foi encerrada com o compromisso coletivo de fortalecer a articulação, a comunicação e a organização entre os participantes, com vistas à consolidação dos direitos dos povos indígenas à memória, verdade e justiça.

## V. ASSUNTOS TRATADOS

### 1. Informes e Planejamento da Plenária

- Apresentação dos informes dos GTs (GT1: levantamento de casos; GT2: proposta de criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade). Destaque para a audiência do CIDH marcada para 21 de julho.





## 2. Preparativos para a Audiência do CIDH

- Planejamento da apresentação da proposta enviada.  
Organização de ensaio com os petionários.  
Estrutura da audiência: 20 min para Sociedade Civil, 20 min para o Estado, 7 min para Especialista da ONU.  
Orientações da ONU sobre discurso e tradução.

## 3. Discussão sobre o Marco Temporal e a Temporalidade da Comissão

- Propostas de flexibilização do marco de 1946-1988.  
Sugestões para ampliar o período até antes de 1822, considerando o SPI (1910) e o período colonial.  
Importância de permitir que os povos indígenas indiquem fatos relevantes.

## 4. Criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV)

- Discussão sobre a vinculação à Secretaria-Geral da Presidência versus MPI.  
Necessidade de composição plural, com liderança indígena, diversidade de raça e gênero.  
Inclusão de representantes do CNPI e possibilidade de alternância na coordenação.

## 5. Composição da CNIV e Critérios de Representação

- Debate sobre participação de servidores públicos.  
Sugestão de alternância entre representantes indígenas e do Estado.

## 6. Redação de Dispositivos e Ato Normativo

- Necessidade de linguagem clara e abrangente.  
Debate sobre detalhamento excessivo e risco de limitação interpretativa.  
Inclusão de termos como “vestígios de coletivos desaparecidos”.





## 7. Poderes da Comissão

- Autonomia para requisitar informações e promover diligências. Debate sobre atribuições como busca de restos mortais e articulação com outras comissões.

## 8. Reparação Integral

- Proposta de construção de políticas públicas e normas jurídicas para a reparação. Discussão sobre tribunal especial (contestada por limites constitucionais).

## 9. Planejamento da Minuta do Decreto

- Definição de prazos e reuniões para finalizar o texto. Incidência na visita do relator da ONU (18 e 19 de agosto, em São Paulo).

## 10. Apresentações Finais

- Hanna Limulja: projeto sobre saúde das mulheres Yanomami e Iekwana. Karine França: pesquisa sobre criminologia verde e direitos humanos indígenas.

## VI. DELIBERAÇÕES E ENCaminhamentos

- Registro de Presença: Silvana (Relacionais) será responsável por organizar a lista de presença.
- Compartilhamento da Proposta enviada à CIDH: Daniela Greeb ficou encarregada.
- Ensaio com Peticionários: Elaine e Marlon realizarão o ensaio online no dia 17 de julho.
- Envio de informações sobre a Plenária: Daniela enviará horário e link da plenária a todos os participantes.
- Redação do Ato Normativo: Marlon Alberto Weichert trabalhará na elaboração da proposta.





- Reunião do GT2 para revisão da redação: Será realizada no dia 5 de agosto, das 14h às 17h.
- Alternância na coordenação da comissão: Marlon incluirá essa sugestão no documento.
- Finalização da minuta do decreto: Marlon se comprometeu a concluir até a próxima semana.
- Envio do link da reunião de 5 de agosto: Ficará a cargo de Daniela Greeb (via secretaria).
- Links para acompanhamento da audiência da CDH em 21 de julho: Daniela se encarregará.
- Articulação com o relator da ONU: Marlon conversará com Akira sobre a programação da visita em agosto.

